



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE JACUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP: 36135-000

LEI MUNICIPAL Nº 1.336 DE 31 DE JANEIRO DE 2014.

Disciplina a participação do Município de Santa Rita de Jacutinga em consórcio público, dispensa a ratificação do protocolo de intenções e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE JACUTINGA aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo do Município de Santa Rita de Jacutinga a participar de consórcio público, em especial, a Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES - visando à realização de projetos de interesse comum com outros entes da Federação.

Art. 2º Para a consecução do estabelecido no art. 1º, o chefe do poder Executivo fica autorizado a formalizar Protocolo de intenções com os demais entes da Federação.

§ 1º O município poderá participar de Consórcio Público de Direito Público, assim entendido aquele que se constituir na forma de Associação Pública.

§ 2º O Protocolo de intenção deverá conter todos os requisitos exigidos no art. 4º da Lei Federal nº 11.107/05.

Art. 3º A autorização contida nesta Lei disciplinadora dispensa a ratificação do Protocolo de intenções firmado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º A dispensa de ratificação estabelecida no *caput* deste artigo não exime o Poder Executivo de encaminhar o Protocolo de intenções à Câmara Municipal, para acompanhamento e fiscalização.

§ 2º O Protocolo de intenções deverá ser publicado em imprensa oficial, ocasião em que se converterá no Contrato de Consórcio Público.

§ 3º A publicação tratada no parágrafo anterior poderá se dar de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet – em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 4º Os objetos do Consórcio Público serão determinados, através do Protocolo de intenções, pelos entes da Federação que se consorciarem, observadas as competências e os limites constitucionais a eles atribuídas.

Art. 5º O poder executivo deverá consignar, em suas peças orçamentárias, dotações para atender as despesas assumidas com o Consórcio Público.

§ 1º A formalização de contrato de Rateio se dará em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenha por objetivo exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE JACUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP: 36135-000

Art. 6º O Protocolo de intenções deverá conter quadro geral de empregos públicos, com suas atribuições, requisitos, carga horário e vencimentos, assim como os cargos de livre nomeação e exoneração e seus respectivos vencimentos e as funções de confiança, com suas respectivas gratificações.

§ 1º A contratação de empregados para o Consórcio deverá se dar mediante concurso público, ressalvados os casos legalmente previstos no ordenamento pátrio.

§ 2º Constituído o Consórcio, as alterações no seu quadro geral de empregos públicos, cargos comissionados e funções de confiança, deverão ser efetivados por deliberação da Assembléia Geral, sempre por maioria absoluta e seguida das publicações devidas.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a contratualizar com o Consórcio os servidores necessários e ofertados, dispensada a licitação, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei nº 11.107/2005 e do art. 18 do Decreto Regulamentar nº 6.017/2007.

Art. 8º No caso de ingresso do Município em Consórcio já constituído na forma do § 1º do art. 2º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar intenção de adesão perante a Assembléia Geral do Consórcio.

§ 1º Para os fins do *caput* deste artigo, e uma vez aceita pela Assembléia Geral a admissão do Município ao Consórcio já constituído, ficam integralmente ratificados os termos do contrato de Constituição do Consórcio, originado da ratificação do Protocolo de intenções pelos signatários originais.

§ 2º O ingresso em Consórcio já constituído não exime o Poder Executivo de encaminhar o Contrato de Consórcio Público, devidamente alterado com a admissão do Município, à Câmara Municipal, para acompanhamento e fiscalização.

Art. 9º A Associação pública citada no art. 1º desta Lei integrará a administração pública indireta do Município, nos exatos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Regulamentador nº 6.017/07.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita de Jacutinga, 31 de Janeiro de 2014.

Luiz Fernando Osório
Prefeito Municipal